

**CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOEDUCACIONAL DA REGIÃO DA CREDE 10  
CEARENSE NA PERSPECTIVA DE IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC**

**SOCIO-EDUCATIONAL CONTEXT OF THE CREDE 10 REGION IN CEARÁ  
WITHIN THE PERSPECTIVE OF BNCC IMPLEMENTATION**

**CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO DE LA REGIÓN DE LA CREDE 10 DE CEARÁ  
EN LA PERSPECTIVA DE LA IMPLEMENTACIÓN DE LA BNCC**

FREITAS, Maria Margarida Martins de  
margarida.martins@aluno.uece.br  
UECE – Universidade Estadual do Ceará  
<https://orcid.org/0009-0006-6083-0323>

MARTINS JÚNIOR, Francisco Ranulfo Freitas  
ranulfo.freitas@uece.br  
UECE – Universidade Estadual do Ceará  
<https://orcid.org/0000-0003-1031-8066>

**RESUMO** O artigo objetiva delimitar o contexto socioeducacional de redes municipais de educação do Baixo Jaguaribe, região cearense abrangida pela Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação, para entendimento dos desafios do seu processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular. A fundamentação teórica versa sobre reformas educacionais no Brasil e implicações nos sistemas de ensino. A pesquisa é quantitativa, com tratamento estatístico para descrições dos aspectos socioeducacionais da região investigada. O contexto foi delineado por meio da análise de dados extraídos dos Institutos Brasileiro de Geografia e Estatística e o Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Constatou-se que as características docentes na região dependem do porte da rede, o que poderá influenciar práticas curriculares.

**Palavras-chave:** Reforma na Educação. Contexto Socioeducacional. Implementação da Base.

**ABSTRACT** The article aims to delineate the socio-educational context of municipal education networks in the Baixo Jaguaribe region, Ceará, covered by the Regional Coordination for Education Development, in order to understand the challenges of implementing the National Common Curricular Base (BNCC). The theoretical framework addresses educational reforms in Brazil and their implications for education systems. The research is quantitative, using statistical analysis to describe the socio-educational aspects of the investigated region. The context was outlined through data analysis from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Anísio Teixeira National Institute for Educational Studies and Research (INEP). It was found

that teaching characteristics in the region depend on the size of the network, which may influence curricular practices.

**Keywords:** Education Reform. Socioeducational Context. The Implementation of the BNCC.

**RESUMEN** El artículo tiene como objetivo delimitar el contexto socioeducativo de las redes municipales de educación del Baixo Jaguaribe, región de Ceará, abarcada por la Coordinación Regional para el Desarrollo de la Educación, con el fin de comprender los desafíos de la implementación de la Base Nacional Común Curricular (BNCC). El marco teórico aborda las reformas educativas en Brasil y sus implicaciones en los sistemas de enseñanza. La investigación es cuantitativa, utilizando análisis estadístico para describir los aspectos socioeducativos de la región investigada. El contexto se delineó mediante el análisis de datos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) y del Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira (INEP). Se constató que las características del profesorado en la región dependen del tamaño de la red, lo que puede influir en las prácticas curriculares.

**Palabras clave:** Reforma educativa. Contexto socioeducativo. Implementación de la BNCC.

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas redes municipais públicas de educação tem se mostrado complexo desde sua origem. Ele tem demandado regime de colaboração com a União, na figura do Ministério da Educação (MEC), e com os estados brasileiros, pela Secretaria de Educação (SEDUC) e suas Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE).

No enfrentamento do desafio desse tipo de implementação, envolvendo múltiplos processos correspondentes aos mais de 5.500 municípios brasileiros, houve necessidade de pacto interfederativo, visando igualdade, diversidade e equidade educacionais. Por conseguinte, em 2018, foi publicado o documento Pro-BNCC (Brasil, 2019), legitimando o referido pacto por meio de atribuições de competências aos diferentes entes federados, para elaboração de suas diretrizes curriculares estaduais e/ou municipais que, por sua vez, induziram propostas político-pedagógicas de instituições de educação básica. O entendimento de como vem se dando a implementação sistêmica da BNCC motivou a escrita deste trabalho, sobretudo na investigação de um dos contextos brasileiros submetido à reforma, o da região

cearense denominada Vale do Jaguaribe (Baixo Jaguaribe), gerida pela CREDE 10 da SEDUC-CE. Neste contexto, propõe-se o seguinte problema: Quais peculiaridades sociais e educacionais da região do Vale do Jaguaribe influenciam sua reforma educacional inerente à BNCC?

Antes de se debruçar sobre implicações no ensino básico de Ciências da Natureza, ocasionadas pela reforma educacional em curso e seus impactos na formação docente na área entre municípios amostrados, delineando uma pesquisa maior da qual este trabalho é um recorte, foi preciso mensurar e descrever alguns aspectos intrínsecos à região, tendo por objetivo delimitar o contexto socioeducacional das redes municipais de educação da região aludida, para entendimento dos desafios do seu processo de implementação da BNCC. Isto será apresentado após a próxima sessão, que anuncia assunções teóricas sobre reformas educacionais no Brasil.

## **2 REFORMA NA EDUCAÇÃO E SUA INCIDÊNCIA EM REDES EDUCACIONAIS**

Nos últimos dezoito anos (2007–2025), percebe-se como a educação sofre influência do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), um indicador educacional que, na visão de Silva, Silva e Santos (2019), se constituiu em um dos principais indutores de políticas educacionais no Brasil. Esta seção discorre sobre características educacionais nos períodos anterior e posterior ao IDEB, apresentando contextos de redes de educação em momentos de reforma curricular (Faria, 2004; Valente, 2009; Galian, 2014), ensejando, ou não, a possibilidade de implementação efetiva de políticas educacionais. Desde sua origem, a política educacional é uma estratégia do governo brasileiro para melhorar a qualidade da educação no país (Fonseca, 2009), visando, conforme a Constituição Federal de 1988, à formação cidadã e à preparação do aprendiz para o mercado de trabalho. Antes da criação do principal mecanismo que afere a qualidade aludida (IDEB), foi instituída a LDBEN 9.394/96, para dar organicidade as distintas modalidades educacionais ofertadas no Brasil, o que induziu, como ocorrido no século XX, algumas reformas educacionais de largo espectro (Delgado; Silva, 2018).

Com o advento do IDEB, alterou-se a rotina das redes municipais de educação, com ênfase na abordagem das matrizes curriculares de avaliações externas em larga

escala, principalmente nos âmbitos nacional e/ou estadual. Observando esta conjectura, Silva, Silva e Santos (2019) alegam que, na esteira das mudanças educacionais propugnadas por políticas educacionais de bonificação de desempenho, advindas, também, do marco regulatório atual da educação (LDBEN 9.394/96), os sistemas públicos de ensino sofreram diversos impactos, por depender de financiamento público. Além de incidirem na avaliação educacional e na dinâmica escolar, o currículo também sofreu impactos causados pela implementação da LDBEN vigente, segundo pontuam Domingues, Toschi e Oliveira (2000). Os autores (2000) destacam que as mudanças curriculares são impetradas pela necessidade de desenvolvimento social da nação, impulsionando reformas educacionais que modificam outros campos, a exemplo da formação de professores e da gestão escolar. Com o intuito de agilizar modificações na dinâmica escolar oriundas de movimentos reformistas, Souza e Faria (2004) destacaram o surgimento de novas atividades da gestão política dos sistemas públicos de ensino, principalmente os municipais.

Nesse cenário, foi possível observar como algumas redes municipais de educação tentaram acompanhar movimentos que ocorriam nos âmbitos nacional e regional. Um exemplo disso foi o estabelecimento dos Planos Curriculares Nacionais (PCN), por parte do MEC, no final da década de 1990. Valente (2009) e Galian (2014) destacam que os PCN estimularam a necessidade de reformas curriculares, principalmente para organização dos conteúdos. As mudanças na sistematização da educação básica são resultantes das influências do modelo de governo neoliberal. Desse modo, a implementação da BNCC se constituiu como marco regulatório da elaboração dos currículos dos sistemas de ensino (Cruz; Marcassa, 2020). Entretanto, há de se considerar contrapontos aos ideais mercantilistas na educação, que ocasionam mudanças profundas com a institucionalização de modelos formativos enviesados, pautados em interesses políticos de determinado governo, desconsiderando demandas advindas do cotidiano escolar (Cruz; Marcassa, 2020; Brum, 2020).

Demonstrando como o processo de implementação da BNCC pode se desvincular do modelo produtivista da educação, Destro (2021) e Martins, Carvalho e Farias (2019) exemplificam que esse movimento pode ocorrer de modo autônomo e reflexivo. Ambos trabalhos têm um ponto de conexão, sugerido no próprio documento



da Base: o entendimento de que a BNCC não é o currículo, mas uma orientação que contribuiu com a elaboração curricular, fato também verificado na região jaguaribana, conforme expõem Freitas *et al.* (2024).

### 3 METODOLOGIA

A contextualização socioeducacional das redes municipais de educação da CREDE 10 foi constituída pela descrição da evolução de variáveis socioeconômicas dos 13 municípios da região e suas correspondências com características educacionais. Utilizando princípios de estatística descritiva básica – população, amostra, variável, frequência e medidas de tendência central – (Feijoo, 2010), baseado, ainda, nos conceitos de Sampieri, Collado e Lúcio (2013) sobre análise de dados quantitativos, conferiu-se dimensionamento à região investigada. O estudo de casos múltiplos (Yin, 2015) foi o dispositivo de entrelaçamento entre os aspectos socioeconômicos e educacionais, viabilizando análises das 11 variáveis métricas atinentes à relação aludida (duas socioeconômicas e nove educacionais), permitindo a extração de evidências de cada município sob acurácia, encarando-o como caso único (Yin, 2015).

Os aspectos socioeconômicos dos municípios foram tecidos na análise dos seguintes dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): tamanho da população e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Os aspectos educacionais dizem respeito ao trabalho docente, gestão educacional e avaliação da aprendizagem. As características docentes derivadas do trabalho docente aludem os seguintes Indicadores Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): Docentes com Curso Superior (DCS), Adequação da Formação Docente (AFD), Indicador de Esforço Docente (IED) e Indicador de Regularidade Docente (IRD). As análises referentes à gestão educacional e aos resultados nas avaliações foram aferidas, respectivamente, por meio do Indicador de Complexidade de Gestão (ICG) e do IDEB, extraídos de indicador educacional específico e das Sinopses Estatísticas da Educação Básica e do Catálogo de Escolas, todos do INEP. Ao ser interpretada de modo holístico, a região em análise foi contextualizada por meio das seguintes relações: a) distribuição de escolas,



matrículas e docentes, considerando o tamanho da população e o seu IDH; b) associação entre características docentes e regionais; c) associação entre gestão educacional e resultados em avaliação externa em larga escala.

#### 4 A REGIÃO DA CREDE 10 EM FACE DA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC

Esta seção se reporta a discutir, em termos quantitativos, a delimitação socioeducacional da região abrangida pela CREDE 10, localizada no município de Russas-CE, gerindo educacionalmente os municípios cearenses de Alto Santo, Aracati, Fortim, Icapuí, Itaiçaba, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.

##### 4.1 Dimensão da comunidade escolar e sua relação com a população e o IDH municipal

No bojo das modificações que vem sendo impetradas pela atual reforma educacional, há de se considerar o percurso histórico na educação jaguaribana, no que diz respeito às variáveis que quantificam escolas públicas, matrículas, docentes, população e IDH, como constatou-se na Tabela 1, a seguir. Olhando para os números da localidade em evidência, referentes ao ano de 2022 (anos finais do Ensino Fundamental), e tomando por válida a premissa dos autores mencionados no parágrafo anterior, esta Coordenadoria contava com 138 escolas públicas municipais ativas na região, distribuídas em regular, tempo integral e educação de jovens e adultos. A capacidade destas escolas variava, em 2022, nos seguintes níveis: A = mais de 1.000 alunos, B = 600 a 1.000 alunos e C = até 600 alunos.

Tabela 1 – Distribuição de escolas públicas, matrículas e docentes da CREDE 10, por população e IDH

Município	Ensino Fundamental – Anos Finais						2010 <sup>1</sup>	
	Total	Nível A	Nível B	Nível C	Matrículas	Docentes	População	IDH <sup>2</sup>
Alto Santo	8	-	-	8	678	69	16.359	0,601
Aracati	29	-	3	26	2.001	263	69.159	0,655
Fortim	7	-	1	6	773	51	14.817	0,624
Icapuí	7	-	1	6	753	47	18.392	0,616
Itaiçaba	1	-	-	1	437	18	7.316	0,656
Jaguaruana	11	-	1	10	988	104	32.236	0,624
Limoeiro do Norte	11	-	3	8	1.718	149	56.264	0,682



Morada Nova	14	1	1	12	2.641	178	62.205	0,610
Palhano	4	-	-	4	508	35	8.866	0,638
Quixeré	8	-	-	8	835	75	19.412	0,622
Russas	25	-	5	20	2.220	244	69.833	0,674
São João do Jaguaribe	4	-	-	4	215	31	7.900	0,654
Tabuleiro do Norte	9	-	1	8	772	80	29.204	0,645
<b>Total</b>	<b>138</b>	<b>1</b>	<b>16</b>	<b>121</b>	<b>14.539</b>	<b>1.344</b>	<b>411.963</b>	<b>0,638</b>

<sup>1</sup>Dados referentes ao Censo de 2010, os dados de 2022 ainda não haviam sido divulgados pelo IBGE.

<sup>2</sup>Visando avaliar o bem-estar de uma população, o IDH é uma grandeza que varia entre 0 e 1 e mede o nível de desenvolvimento de uma região com base, dentre outros, em riqueza, educação, expectativa de vida, taxa de natalidade, saúde e renda.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Catálogo de Escolas do INEP, 2022.

A maioria das escolas é de Nível C (87,7%), localizadas, principalmente, em Aracati (n = 26) e Russas (n = 20). O restante da distribuição das escolas divide-se em: 1) Baixa (até 8 escolas): Fortim, Icapuí, Itaiçaba, Palhano e São João do Jaguaribe; 2) Intermediária (entre 10 e 17 escolas): Alto Santo, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Quixeré e Tabuleiro do Norte. Das 14.539 matrículas e 1.344 professores existentes na região, no ano de 2022, a maior concentração se deu, respectivamente, em Morada Nova (18,2% e 13,2%), Russas (15,3% e 18,1%), Aracati (13,8% e 19,6%) e Limoeiro do Norte (11,8% e 11,1%). Neste cenário, a proporção de alunos por professor foi de 11/1, distribuído quase que equitativamente em Limoeiro do Norte.

Associando este cenário com as últimas características socioeconômicas divulgadas para a região, em 2010, a população era de 411.963 habitantes e com média de 31.381 destes, sendo os municípios mais populosos: Russas (16,9%), Aracati (16,7%), Morada Nova (15%) e Limoeiro do Norte (13,6%); justificando seu quantitativo de escolas, matrículas e docentes. Os municípios com menos habitantes (abaixo da média) são Itaiçaba (1,7%), São João do Jaguaribe (1,9%) e Palhano (2,15%). Com relação ao bem-estar social, aferido pelo IDH, as populações de Limoeiro do Norte e de Russas se sobressaem entre as demais, enquanto Alto Santo (0,601), Morada Nova (0,610) e Icapuí (0,616) possuem maior carência neste sentido, estando abaixo da média regional (0,638).

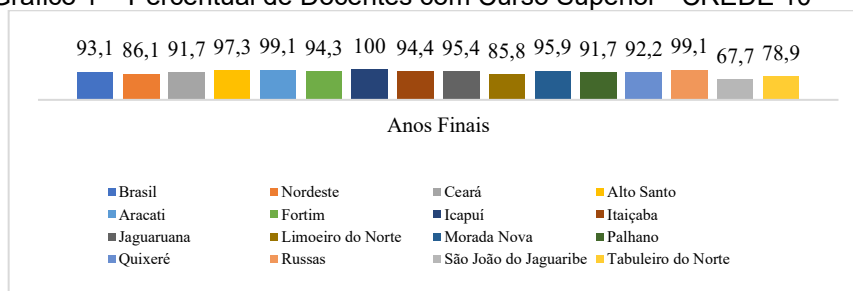


## 4.2 Características docentes

Os professores atuantes na região da CREDE 10, desde o início da década de 2020, como ocorrido, também, em outras regiões brasileiras, em momentos distintos (Valente, 2009; Oliveira e Dias, 2022; Soares, 2025), têm suas práticas docentes influenciadas por princípios curriculares emanados de normativos legais (Fonseca, 2009). Nesse sentido, deixa-se uma conotação fundada excessivamente na construção de conhecimentos interdisciplinares e contextuais (Valente, 2009; Galian, 2014; Lima; Biernaski, 2022), mas pela aquisição de competências (Branco; Zanatta, 2021; Brum, 2020). Outro ponto de destaque que influencia fortemente as práticas docentes dos professores dos municípios em análise, também influenciadas por reformas curriculares (Batista; Ferreira, 2020; Freitas *et al.*, 2024), diz respeito a sua formação acadêmica, sobretudo em nível de Graduação, que os habilita para a profissão docente.

Pensando nisso, elaborou-se o Gráfico 1, a seguir, com base no indicador Docentes com Curso Superior (DCS). O Gráfico permite, ainda, que seja feito o comparativo entre a região analisada e o cenário brasileiro, em nível Estadual (Ceará), Regional (Nordeste) e Nacional (Brasil).

Gráfico 1 – Percentual de Docentes com Curso Superior - CREDE 10



Fonte: Elaboração própria com base nos Indicadores Educacionais do INEP, 2021

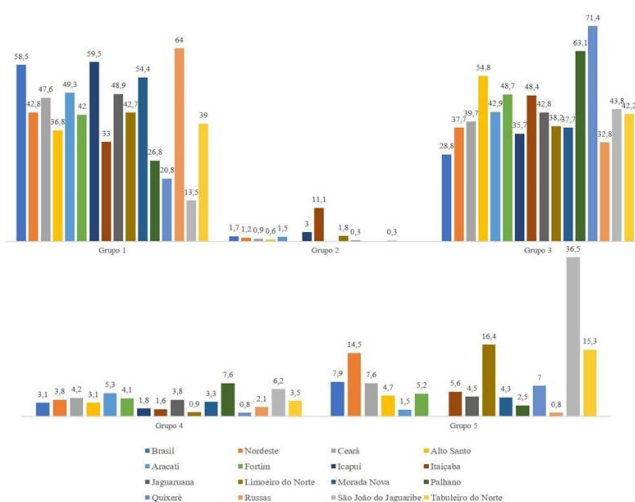
Apenas Limoeiro do Norte (85,8%), Tabuleiro do Norte (78,9%) e São João do Jaguaribe (67,7%) apresentam, em seus quadros docentes, quantitativo de professores graduados inferior em relação aos três níveis apresentados no cenário brasileiro. O município de Icapuí apresenta, em relação à região em análise, situação ideal (100%), apesar de possuir baixo IDH ( $n = 0,616$ ), poucas escolas ( $n = 8$ ), baixo número de matrículas ( $n = 1.305$ , somente zona urbana) e docentes localizados na



classe intermediária (n = 50), relativa à quantidade. Destaca-se que Icapuí é seguido de perto por Aracati e Russas, as redes municipais de educação mais robustas da amostra em análise.

Estes números indicam que a Secretaria Municipal de Educação de Icapuí vem cumprindo com a sua missão, que, conforme exposto em seu site (<https://www.icapui.ce.gov.br/secretaria.php?sec=24>), corresponde à: “Ser referência pela elevação dos indicadores de aprendizagem, por meio de investimentos nos processos formativos, humanos, estruturais e no monitoramento dos resultados”. Tal fato atende a prerrogativa de institucionalização de nova gestão pública, que materialize políticas descentralizadoras no campo da educação pública, aclamando a sociedade a ser corresponsável nas ações político-sociais (Cruz; Marcassa, 2020; Soares, 2025). A correspondência entre a área de formação e a disciplina ministrada no ensino fundamental, mensurada pelo indicador Adequação da Formação Docente (AFD)<sup>1</sup>, pode ser visualizada na Gráfico 2, a seguir, estimando a região jaguaribana no país, no ano de 2021.

Gráfico 2 – Percentual de AFD entre seus Grupos - CREDE 10



Fonte: Elaboração própria com base nos Indicadores Educacionais do INEP, 2021.

Os Grupos 1 e 3 possuem resultados mais significativos, sendo que 38,4% e 69,2% dos municípios da região apresentam, respectivamente, situação ideal (Grupo

<sup>1</sup>De acordo com a Nota 020/2014 do INEP, a AFD possui cinco grupos cujos professores que desempenham docências nas disciplinas podem ou não ser formados na área – Licenciatura, Bacharelado, Complementação Pedagógica ou Formação em nível Superior incompleta. A situação de adequação decai entre os grupos de forma crescente, do Grupo 1 (situação ideal) ao Grupo 5 (situação mais irregular).

1) e mais docentes atuando em área diferente da disciplina que leciona (Grupo 3), comparando com os resultados obtidos no Ceará, no Nordeste e no Brasil. Focalizando as redes municipais de educação da região, Russas apresenta mais professores com formação similar à disciplina que ministram. A falta de situação ideal acende um alerta para os municípios de São João do Jaguaribe (13,5%), Quixeré (20,8%) e Palhano (26,8%), pois com exceção de Quixeré, se enquadram nas classes baixa (população) e pequeno porte (escolas, matrículas e docentes). Salienta-se que os Grupos 2, 4 e 5 são poucos significativos entre as redes, devido à inexpressividade dos seus resultados de AFD.

Enfatiza-se a importância de tomada de iniciativas de formação continuada para os professores que atuam na região, em regime de colaboração entre estado e redes municipais (Souza; Faria, 2004; Brum; 2020; Oliveira; Dias 2022), visando à melhoria da qualidade do ensino promovido, pois aproximadamente metade desses professores estão atuando fora de sua área de formação.

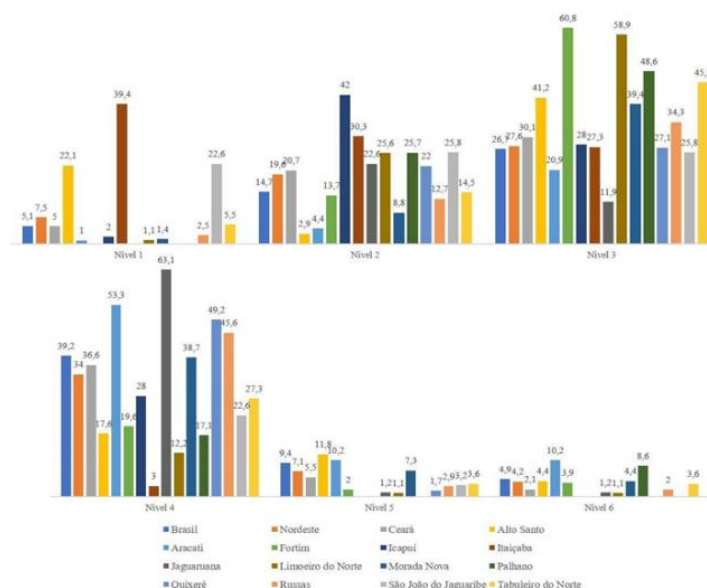
Além de quantificar a consonância da formação com o ensino, entre os professores que compõem a amostra em análise, é possível mensurar, de certo modo, o esforço docente empreendido por eles em seu exercício docente ao longo do ano de 2021, considerando: a) número de escolas em que se atua; b) total de turnos trabalhados; c) total de alunos atendidos; d) total de etapas em que leciona. O Gráfico 3, a seguir, apresenta a mensuração do trabalho docente realizado pelos professores das redes municipais da localidade em destaque, conforme os quatro itens mencionados, constituindo o Indicador de Esforço Docente (IED)<sup>2</sup> de professores do ensino fundamental (anos finais), compreendido em seis níveis de esforço, escalonados em ordem crescente.

---

<sup>2</sup>De acordo com a Nota Técnica Nº 039/2014 do INEP, os maiores níveis do IED são: 4) Docentes que têm entre 50 e 400 alunos e atua em dois turnos, em uma ou duas escolas e em duas etapas; 5) Docente que tem mais de 300 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas; 6) Docente que tem mais de 400 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas.



Gráfico 3 – Percentual de IED entre seus Grupos - CREDE 10



Fonte: Elaboração própria com base nos Indicadores Educacionais do INEP, 2021.

O município de Itaiçaba é o que apresenta mais professores com menor IED nos três primeiros níveis (39,4%, 30,3% e 27,3%), o que pode ter sido determinado pelas especificidades socioeducacionais desta rede, ou seja, menor quantidade populacional (n = 7.316), Alto IDH (n = 0,656), somente uma escola de ensino fundamental (anos finais), poucas matrículas (n = 437) e menor quantidade de professores (n = 18).

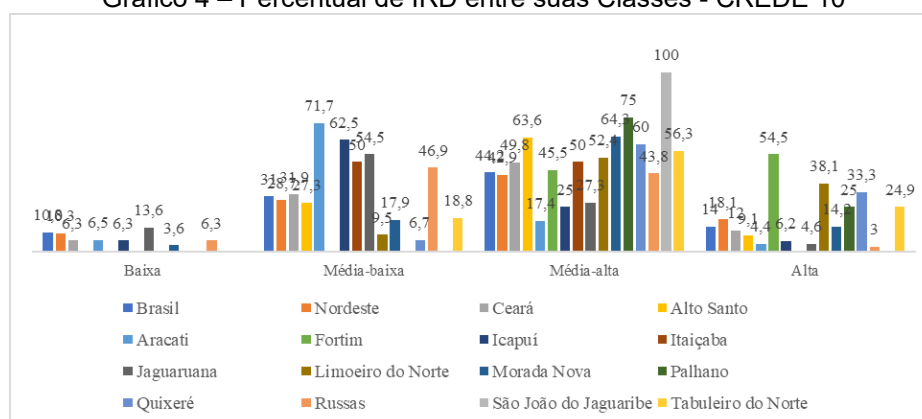
Os bons indicadores deste município estavam previstos pela sua SME, vinculada às atividades de Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia, que busca promover educação integral humanizada, excelência nos serviços educacionais prestados e profissionalização e valorização dos profissionais da educação. Tal fato pode ser explicado em conformidade as afirmações de Souza e Faria (2004) e Delgado e Silva (2018) sobre políticas públicas, ao constatarem que elas são capazes de produzir indicadores educacionais satisfatórios, embora seja necessário refletir constantemente sobre elas (Lima; Biernaski, 2022; Soares, 2025). Analisando a região do Baixo Jaguaribe como um todo, nota-se que os resultados mais expressivos estão indicados nos Níveis 3 e 4 do IED, e que há menos esforço docente nesta região do que nas esferas brasileiras (Ceará, Nordeste e Brasil), observando os mesmos níveis. Referentes ao Nível 3, os resultados mais significativos na região foram alcançados por Fortim (60,8%), Limoeiro do Norte (58,9%), Palhano (48,6%) e Tabuleiro do Norte



(45,5%), municípios que, excetuando Palhano, localizam-se na classe intermediária em relação ao número de docentes (entre 50 e 100 professores).

A qualidade do ensino do professor é relativa, também, ao tempo de permanência deste profissional em uma única escola ao longo de um ano letivo, caso ele encontre condições para desempenhar competentemente o trabalho docente, como alegam Valente (2009) e Soares (2025). Desse modo, é possível inferir que a lotação do professor numa mesma escola por tempo prolongado, pode ser fator determinante da qualidade do ensino promovido por ele, além de colaborar com seu bem-estar na profissão. Pensando nisso, desde o ano de 2013, o INEP expõe o Indicador de Regularidade Docente (IRD)<sup>3</sup>. Os resultados do território em evidência para com este indicador são expressos no gráfico a seguir.

Gráfico 4 – Percentual de IRD entre suas Classes - CREDE 10



Fonte: Elaboração própria com base nos Indicadores Educacionais do INEP, 2021.

A maioria dos professores atuantes na educação do Baixo Jaguaribe possui regularidade média nas escolas, sobretudo a média-alta, indicando o baixo nível de rotatividade deles nas escolas. Neste sentido, a Baixa e a Alta regularidades possuem os menores valores, sendo Jaguaruana (13,6%) e Fortim (54,5%) os municípios que apresentam, respectivamente, mais professores com alta e baixa rotatividade em suas redes, superando, inclusive, o Brasil e o Nordeste nesses quesitos.

Somente 38,4% (n = 5) das redes possuem professores atuando com mais regularidade entre as escolas dos entornos explícitos, considerando atuações

<sup>3</sup>O valor do IRD varia numa escala entre 0 e 5, em que, quanto mais próximo de 0, mais irregular é o professor, e quanto mais próximo de 5, mais regular ele é. A escala foi fracionada em quatro classes de regularidade: Baixa (0-|2), Média-baixa (2-|3), Média-alta (3-|4) e Alta (4-|5).

recentes e consecutivas; as demais (61,6%; n = 8) apresentam mais rotatividades entre seus docentes. Agrupando os intervalos (3-|4) e (4-|5) do Gráfico 5, a seguir, as redes com os maiores valores de IRD são: Fortim (45,5%: Média-alta e 54,5%: Alta), Limoeiro do Norte (52,4%: Média-alta e 58,1%: Alta), Quixeré (60%: Média-alta e 33,3%: Alta), São João do Jaguaribe (100%: Média-alta) e Tabuleiro do Norte (56,3%: Média-alta e 24,9%: Alta). Destaca-se que Fortim, Limoeiro do Norte e Tabuleiro do Norte também tiveram valores expressivos de IED (Nível 3), indicando que apesar dos professores destas redes permanecerem por mais tempo (anos) em uma mesma escola da rede, estão tendo que atender, aproximadamente, 300 alunos, em até dois turnos de trabalho.

Neste contexto, é possível inferir que a maior regularidade entre os professores de Limoeiro do Norte pode ter sido alcançada, também, pelas seguintes características socioeconômicas e educacionais: maior IDH da região (n = 0,682); cidade populosa (n = 56.264); catorze (14) escolas com grande quantidade de matrículas (n = 3.341); quantidade intermediária de docentes (n = 94).

Tais resultados podem ser explicados pelas iniciativas educacionais propostas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) deste município, que, de acordo com informações de seu site (<https://www.limoeironorte.ce.gov.br/secretaria.php?sec=56>), possui, dentre outras, funções como auxiliar a Prefeitura na formulação de políticas e diretrizes educacionais, articulando-se com o Governo Federal, visando à administração, avaliação, controle, expansão e atualização da rede municipal de educação. Atualmente, uma das metas desta Secretaria é a implementação da reforma educacional em curso e suas repercussões na formação de professores do município, em colaboração com o estado do Ceará e o Governo Federal. A situação de Limoeiro do Norte é um exemplo dado por Brum (2020, p. 409-410) sobre possíveis parcerias a serem celebradas entre rede municipal e União:

[...] a formação dos professores surgiu como um assunto considerado pelos autores como um dos maiores desafios para a implementação da BNCC, outro desafio é o estabelecimento de uma parceria entre as secretarias de educação e as escolas com o objetivo de fornecerem formação para a implementação da política, considerando a fragmentação que se encontra atualmente.

Pelo exposto, percebe-se que os indicadores educacionais DCS, AFD, IED e IRD dos municípios podem mensurar, em determinada medida, a capacidade de gestão das redes municipais públicas de educação do território demarcado. De certo modo, a análise destes indicadores pode ajudar no estabelecimento de um caminho mais seguro para a materialização de distintas políticas educacionais, que, de acordo com Domingues, Toschi e Oliveira (2000), Faria e Souza (2004), Martins, Carvalho e Farias (2019), Destro (2021) e Oliveira e Dias 2022, são traduzidas em iniciativas de gestão eficazes, como avaliação, formação de professores, suporte à gestão escolar, financiamento da educação etc.

#### **4.3 Avaliação e Rendimento estudantis e gestão educacional**

É possível constatar que a capacidade de gestão educacional de uma região e de suas escolas se dá pela análise acurada de seus indicadores educacionais, a exemplo dos que dimensionam aspectos educacionais como: formação docente, avaliação e gestão. Segundo Silva, Silva e Santos (2019), Brum (2020) e Lima e Biernaski (2022), resultados obtidos em indicadores educacionais podem subsidiar um trabalho assertivo do qual se derivam práticas escolares satisfatórias.

Pensando nas conjecturas expostas, esta seção articula gestão, avaliação na região investigada, apresentando seus resultados ao longo do recorte temporal 2005–2021, abrangendo, ainda, o Brasil, o Nordeste e o Ceará. No que diz respeito à Avaliação e Rendimento Escolar, são apresentados os resultados referentes ao IDEB, disponibilizado a cada dois anos pelo INEP. Em relação à Gestão escolar, há descrições sobre o Indicador de Complexidade de Gestão da Escola (ICG), também do INEP. Sendo um índice com valores que variam entre 0 e 10, coletados do Censo Escolar, o IDEB, criado pelo MEC no ano de 2007, agrega, em si, fluxo escolar (rendimento) e médias obtidas em avaliação externa em larga escala (desempenho), mensurando aprovação escolar e aprendizagem e, ainda, demonstrando a influência da relação entre estes fatores na qualidade da educação de quaisquer sistemas de ensino do país. Convém destacar que o Brasil teve como meta, para o ano de 2022, alcançar média 6 no Ideb, melhorando qualitativamente a educação básica ofertada em território nacional, assim como tentam países desenvolvidos que apresentam sistema educacional de qualidade (Silva; Silva; Santos, 2019).



A Tabela 2, a seguir, congrega dados do rendimento e desempenho do alunado das séries finais do ensino fundamental (nota IDEB e rendimento escolar), matriculados nas redes dos municípios em análise, no período 2005–2021. Foram colocados tanto os valores do IDEB obtidos no ano de 2021 e da taxa de Aprovação/Rendimento quanto as médias de IDEB e de sua projeção e da referida Taxa no período considerado para elaboração das séries históricas destas variáveis, presentes nos Gráficos 5 e 6, a seguir.

Tabela 2 – Desempenho e Rendimento nas redes municipais – CREDE 10

LOCAL <sup>1</sup>	ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS					
	2021		MÉDIA ( $\bar{X}$ )		TAXA DE APROVAÇÃO/RENDIMENTO	
	IDEB	Projeção	IDEB (2005 2021)	Projeção (2007 2021)	2021	$\bar{X}$ (2005 – 2021)
Brasil	5,5	5,7	4,0	4,6	0,97	0,89
Nordeste	5,1	4,9	3,5	3,8	0,97	0,86
Ceará	6,1	5,1	4,2	4,0	1,00	0,91
CREDE 10	5,4	5,0	4,0	3,7	0,99	0,82
Alto Santo	5,3	5,1	3,9	3,7	1,00	0,91
Aracati	5,4	4,8	4,1	3,8	0,98	0,85
Fortim	6,0	5,1	4,4	4,0	1,00	0,88
Icapuí	5,1	4,5	3,5	3,4	1,00	0,80
Itaiçaba	5,8	5,5	4,9	4,5	1,00	0,91
Jaguaruana	5,3	5,2	4,3	4,1	1,00	0,89
Limoeiro do Norte	5,7	5,1	4,4	4,0	1,00	0,86
Morada Nova	5,1	5,0	3,9	3,9	1,00	0,79
Palhano	5,5	5,0	4,5	4,0	1,00	0,89
Quixeré	5,7	4,6	4,2	3,6	1,00	0,86
Russas	5,8	5,0	4,8	3,9	1,00	0,88
São João do Jaguaribe	5,0	5,6	3,1	3,2	0,99	0,63
Tabuleiro do Norte	5,7	5,4	2,8	2,5	0,98	0,52

<sup>1</sup>Alto Santo, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte não apresentaram algum(s) do(s) valores em determinado(s) ano(s) do período considerado.

Fonte: Elaboração própria com dados das Sinopses Estatísticas da Educação Básica – INEP, 2021.

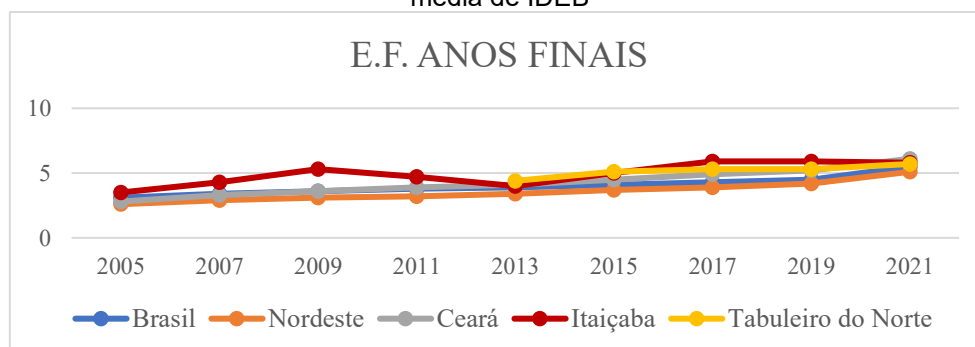
Superior à projeção esperada ( $n = 5,0$ ), a média do IDEB alcançada pela região da CREDE 10, em 2021 ( $n = 5,4$ ), superou o valor da região Nordeste ( $n = 5,1$ ), se aproximou do alcançado no País ( $n = 5,5$ ) e ainda está distante do que conseguiu o estado do Ceará ( $n = 6,1$ ). Esse resultado indica que são necessárias mais políticas públicas no campo da educação municipal da região para alcance da meta estabelecida para o Brasil no ano de 2022 ( $n = 6$ ), feito alcançado pelo estado cearense. Ainda comparando a região aludida com as três esferas, dessa vez em



relação à média no período (2005–2021), para variáveis IDEB e sua Projeção e Média da Taxa de Aprovação/Rendimento, nota-se, aproximadamente, as mesmas tendências ocorridas em 2021, com uma maior proximidade da região com o estado do Ceará. Entretanto, a Coordenadoria em questão possui a maior retenção de alunos entre as analisadas (0,16).

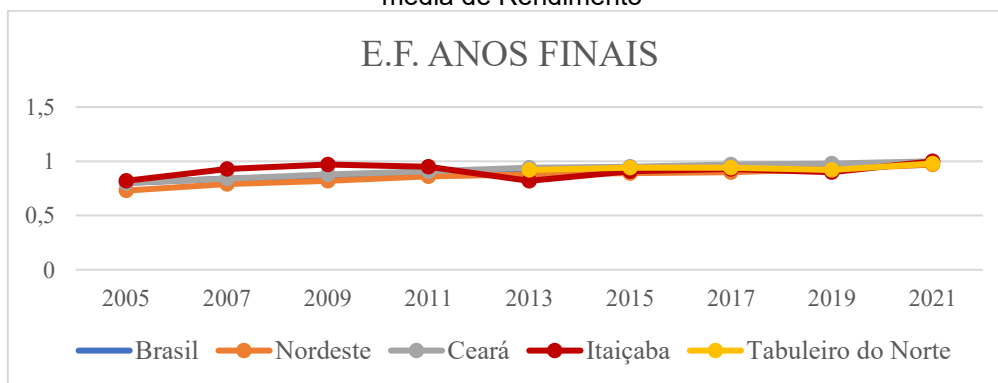
Os resultados da avaliação – IDEB – entre os treze municípios da região, estimados em média no período considerado, demonstram que 61,5% (n = 8) deles superam a média regional (4,0), e 38,5% (n = 5) estão abaixo da média, sendo os mais altos registrados em Itaiçaba (4,9), Russas (4,8) e Palhano (4,5), e os mais baixos em Icapuí (3,5), São João do Jaguaribe (3,1) e Tabuleiro do Norte (2,8). Chama a atenção os municípios de Itaiçaba e Tabuleiro no Norte, que apresentam no período, respectivamente, maiores e menores médias IDEB (Gráfico 5) e Taxa de Aprovação/Rendimento (Gráfico 6, adiante).

Gráfico 5 – Percurso das redes municipais públicas de educação da CREDE 10 com maior e menor média de IDEB



Fonte: Elaboração própria com dados das Sinopses Estatísticas da Educação Básica – INEP, 2021.

Gráfico 6 – Percurso das redes municipais públicas de educação da CREDE 10 com maior e menor média de Rendimento



Fonte: Elaboração própria com dados das Sinopses Estatísticas da Educação Básica – INEP, 2021.

Pelo pequeno porte da rede municipal de Itaiçaba, infere-se ser mais possível a realização de um trabalho eficaz na preparação e, conseqüentemente, sucesso educacional dos alunos do ensino fundamental, que condicionam resultados significativos no IDEB, algo que seria mais dificultoso em uma rede maior, como o fez Russas durante o mesmo período. Tal fato é semelhante a alguns dos que foram encontrados por Martins, Carvalho e Farias (2019), Destro (2021) e Soares (2025), no que diz respeito às redes municipais com resultados satisfatórios de implementação de políticas educacionais advindos de demanda nacional, independentemente do seu porte.

Nessa lógica, o município de Tabuleiro do Norte, com discreto IDH ( $n = 0,645$ ), possui rede mais complexa, devido a suas especificidades socioeconômicas e educacionais, situadas na classe intermediária, na região jaguaribana, sendo elas: quantidade populacional ( $n = 29.204$ ), escolas ( $n = 12$ ) matrículas ( $n = 1.545$ ) e docentes ( $n = 56$ ). Os Gráficos 5 e 6 possuem retas ascendentes, com poucas oscilações, demonstrando que o desempenho e o rendimento estudantis nas redes consideradas melhoram paulatinamente. Os resultados alcançados tanto no IDEB quanto na aprovação escolar, em ambas as redes (Itaiçaba – maior e Tabuleiro do Norte – menor) e nas três esferas nacionais (Brasil, Nordeste e Ceará) corroboram a indissociabilidade entre desempenho e rendimento na trajetória estudantil, conforme preconiza o ideário do índice supracitado. Silva, Silva e Santos (2019, p. 274) discorrem sobre a premência do IDEB sobre a educação brasileira e suas instituições educacionais:

Desse modo, pode-se compreender que o IDEB é o condutor das políticas educacionais contemporâneas para a educação básica, isso porque todas as referências políticas sobre o contexto local (estado, Distrito Federal, município e/ou escola) o têm como referência. Essa é a principal questão para as mudanças na rotina e na condução pedagógica e administrativa das escolas e das redes de ensino.

Infere-se que a gestão educacional de Itaiçaba opera pela política do IDEB, pois este município apresenta os maiores valores de desempenho durante todo o período aludido na Tabela 1 e nos Gráficos 5 e 6, excetuando os resultados do IDEB alcançados no estado do Ceará nos anos de 2013 (4,1) e 2021 (6,1). Com relação ao Rendimento Escolar apresentado pelo mesmo município, os melhores valores são

conseguidos apenas nos quatro primeiros anos, próximo à situação ideal ( $n = 1$ ), conquistada em 2021. Por sua vez, o município de Tabuleiro do Norte tem registrado tardiamente seu IDEB e sua Taxa de Rendimento/Aprovação (2013), algo que explica suas médias baixas no período (desempenho: 4,4, 5,1, 5,3, 5,3 e 5,7; rendimento: 0,92, 0,94, 0,94, 0,92 e 0,98), que merece uma investigação acurada para saber o motivo disso, pois os resultados superam e/ou são equiparados aos do Brasil, do Nordeste e do Ceará.

Além de entender alguns dimensionamentos das redes municipais públicas de educação da área delimitada, em termos socioeconômicos (população e IDH) e educacionais (escolas, matrículas e docentes), foi possível investigar seus sistemas de ensino com base na avaliação da aprendizagem (IDEB e Rendimento Escolar). O conjunto destas variáveis pode indicar como vem se dando a oferta de educação pública por parte das SMEs da região. Brum (2020), Delgado e Silva (2018), Silva, Silva e Santos (2019) e Lima e Biernaski (2022) alertam sobre a necessidade de conscientização educacional por parte dos agentes responsáveis por formular políticas educacionais, pois o trabalho desses impactam decisivamente a formulação de práticas educativas advindas da sociedade e do mundo natural circundante. Sendo assim, abre-se margem para substantificação de novos mecanismos de gestão pública (Faria; Souza, 2004), que considerem a complexidade e a dinâmica das redes municipais de educação (Cruz; Marcassa, 2020).

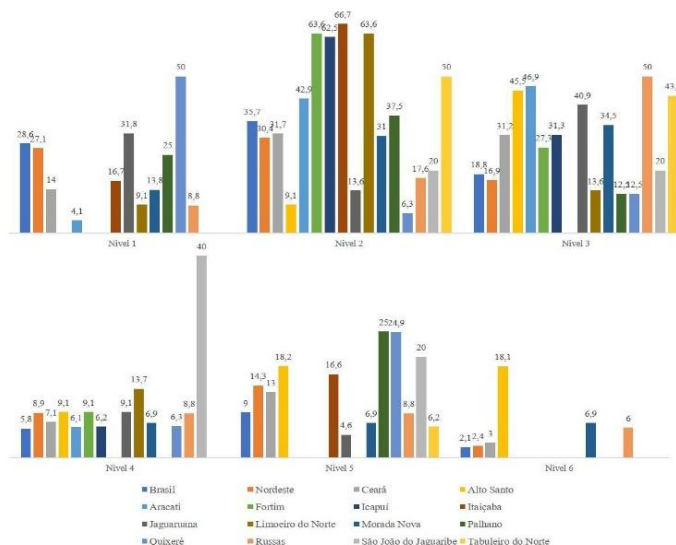
Tomando como referência essa assertiva, é possível investigar a complexidade de gestão das escolas de uma rede a partir dos dados do Censo da Educação Básica, por meio do Indicador de Complexidade de Gestão (ICG)<sup>4</sup>, que afere da escola: porte, etapas ofertadas, complexidade da etapa e número de turnos. O Gráfico 7, a seguir, apresenta a distribuição do ICG e seus seis níveis na região em análise, no ano de 2021, comparando-a com as três esferas nacionais – Brasil, Nordeste e Ceará.

---

<sup>4</sup> Os níveis mais significativos de ICG, dos anos finais do ensino fundamental, na região da CREDE 10, são: 2) Entre 50 e 300 matrículas e que opera em dois turnos, ofertando até duas etapas, tendo a modalidade de Educação Infantil ou Ensino Fundamental (anos iniciais) como etapa mais elevada; 3) Entre 50 e 500 matrículas e que opera em dois turnos, oferecendo duas ou etapas, com Ensino Fundamental (anos finais) como etapa mais elevada.



Gráfico 7 – Percentual de ICG entre seus Níveis - CREDE 10.



Fonte: Elaboração própria com base nos Indicadores Educacionais do INEP, 2021

A maior parte da região da CREDE 10 e as esferas Brasil, Nordeste e Ceará apresentam os seis níveis de ICG escolar, sendo o Nível 2 o mais representativo e o Nível 6 o menos representativo. Os municípios jaguaribanos destaques nestes níveis são Itaiçaba (66,7% - Nível 2) e Alto Santo (18,1% - Nível 6), apresentando diferença significativa de IDH e IDEB, ambos situados na classe intermediária de quantidade populacional, números de escolas, de matrículas e de docentes. Destaca-se, ainda, que as redes municipais de educação mais robustas apresentam quase todos os níveis de ICG, contextualizando sua capacidade de oferta educacional e, conseqüentemente, seus resultados nas avaliações e rendimento escolar (Tabela 1), a exemplo dos municípios de Morada Nova (1: 13,8%; 2: 31%; 3: 34,5%; 4, 5 e 6: 6,9%) e Russas (1, 4 e 5: 8,8%; 3: 50%; e 6: 6,0%).

Ao observar o Gráfico 7, é possível afirmar que a maioria das escolas públicas municipais do lugar circunscrito, que ofertam, também, os anos finais do ensino fundamental, apresenta o seguinte perfil de complexidade de gestão moderada (Níveis 2 e 3): Porte entre 50 e 500 matrículas, operando em dois turnos, com até três modalidades educacionais, sendo os anos finais do ensino fundamental a etapa mais elevada. Os municípios de Itaiçaba (2: 66,7%) e Fortim e Limoeiro do Norte (2: 63,6%, cada) encabeçam este perfil. Ainda chamam a atenção, nos demais níveis (4 e 5), os municípios de São João do Jaguaribe (4: 40%) e Palhano (5: 25%), que sendo redes de pequeno porte, possuem complexidade de gestão significativa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contextualização socioeducacional exposta lançou luz sobre o funcionamento de atividades educacionais nos treze municípios gerenciados pela CREDE 10, que objetivam garantir educação básica com equidade e foco no sucesso do aluno. Analisando os números do ambiente desenhado (escolas, matrículas, docentes, população, IDH, DCS, AFD, IED, IRD, IDEB e ICG), é possível identificar diferenças significativas entre as dinâmicas das redes municipais de grande porte (Aracati, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Russas, por exemplo) e de pequeno porte (Itaiçaba, Palhano, São João do Jaguaribe, por exemplo).

Entretanto, ambos os grupos de portes distintos alcançaram resultados parecidos no IDEB ao longo do período 2007–2021. Ao contrário da maioria das redes municipais de porte menor na região, a maioria das que apresentam porte maior, acompanhando a tendência no Brasil, Nordeste e Ceará, possui: melhor condição socioeconômica, concentrando em si escolas e matrículas; mais professores graduados, ministrando disciplina em conformidade à sua formação, atuando em uma única escola e por mais tempo.

Com relação a gestão educacional das redes de porte maior, elas possuem escolas que ofertam o ensino fundamental completo, tendo as séries finais desta modalidade como etapa mais elevada. Como visto no artigo, as implicações de reformas educacionais ocorridas em cenário nacional, principalmente as ligadas ao currículo e à avaliação (LDB, PCN, IDEB, BNCC, NEM etc.), afetam, também, gestores, professores e alunos de diferentes modalidades educacionais. Isso também está sendo identificado na região do Baixo Jaguaribe.

Portanto, tem-se provocado outras investigações junto à CREDE 10, às SME e às escolas de Educação Básica da região, para compreensão das implicações suscitadas a partir da implementação em efetivação. Pretende-se, inclusive, estudar os efeitos de tal processo no ensino e na formação na área de Ciências da Natureza, que historicamente enfrentam grandes desafios no que tange o planejamento pedagógico, ensino, aprendizagem, avaliação etc.

**MARGARIDA MARIA MARTINS DE FREITAS**

Graduação em Química (Licenciatura) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM).

**FRANCISCO RANULFO FREITAS MARTINS JÚNIOR**

Doutor em Educação pela Universidade Estadual do Ceará. Professor Adjunto no Curso de Licenciatura em Química da FAFIDAM/UECE.

**REFERÊNCIAS**

BATISTA, W. M.; BEZERRA, C. W. B. O currículo e o ensino de ciências na educação básica: uma leitura da BNCC. *Mens. Agitat.*, v. 15, p. 90-102, 2020.

BRANCO, E. P.; ZANATTA, S. C. BNCC e Reforma do Ensino Médio: implicações no ensino de Ciências e na formação do professor. *Revista Insignare Scientia*, v. 4, n. 3, p. 58-77, 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. *Programa de Apoio à Implementação da BNCC (ProBNCC) - Documento Orientador 2019*. Brasília: Esplanada dos Ministérios, 2019.

BRUM, A. E. R. Base Nacional Comum Curricular: cenário das pesquisas científicas sobre o processo de produção da política. *RPGE – Revista on-line de Política e Gestão Educacional*, v. 24, n. 2, p. 404-411, 2020.

CRUZ, D. B. dos S.; MARCASSA, L. P. O papel da UNDIME no processo de afirmação da lógica da governança em redes no campo educacional brasileiro. *Revista Práxis Educacional*, v. 16, n. 43, p. 596-617, 2020.

DELGADO, T. C. G.; SILVA, R. C. A importância das políticas públicas educacionais no Brasil. *FABE em Revista*, v. 8, p. 67-76, 2018.

DESTRO, D. de SOUZA. A resignificação da Base Nacional Comum Curricular na rede municipal de Juiz de Fora/MG. *Roteiro*, v. 46, e23809, p. 1-22, 2021.

DOMINGUES, J. J.; TOSCHI, N. S.; OLIVEIRA, J. F. de. A reforma do Ensino Médio: a nova formulação curricular e a realidade da escola pública. *Educ. Soc.*, v. 21, n. 70, p. 63-79, 2000.

FEIJOO, A. M. L. C. Introdução. In: *A pesquisa e a estatística na psicologia e na educação*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p. 1-3.

FONSECA, M. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. *Caderno Cedes*, Campinas. V. 29, n. 78, p. 153-177, 2009.

- FREITAS, M. M. M. de.; M. K. S.; LIMA, J. P. O.; MARTINS JÚNIOR, F. R. F. Discursos de formadores de Ciências da Natureza sobre o processo de implementação da BNCC na região cearense abrangida pela CREDE 10. *Revista Educação e Políticas em Debate*, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 1–21, 2024.
- GALIAN, C. V. A. Os PCN e a elaboração de propostas curriculares no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 44, n. 153, p. 648-669, 2014.
- LIMA, M. F.; BIERNASKI, C. Implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas redes municipais de ensino da microrregião de Irati/Paraná. *Jornal de Políticas Educacionais*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 1-17, 2022.
- MARTINS, R. M.; CARVALHO, A. C. S.; FARIAS, M. S. B. A (re)estruturação da diretriz curricular municipal de Rondonópolis/MT: contribuições do estudo colaborativo do OBEDUC/MT. *Revista Devir Educação*, v. 3, n. 2, p. 75-91, 2019.
- OLIVEIRA, M. B. de.; DIAS, R. E. Redes políticas em prol de “fazer valer a BNCC, na prática”: a educação pública é de quem? *Currículo sem Fronteiras*, v. 22, e2181, p. 1-25, 2022.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. *Metodologia de pesquisa*. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. 5ª ed. – Porto Alegre: Penso, 2013, 624 p.
- SILVA, G.; SILVA, A. V.; SANTOS, I. M. O IDEB e as políticas públicas educacionais: estratégias, efeitos e consequências. *Revista Exitus*, v. 9, n. 1, p. 258-285, 2019.
- SOARES, C. de Q. S. BNCC e currículo da cidade: desafios na implementação e o papel da formação continuada na Rede Municipal de São Paulo. 220 p. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Nove de Julho, São Paulo.
- SOUZA, D. B. de.; FARIA, L. C. M. de. Reforma do Estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, v. 12, n. 45, p. 925-944, 2004.
- VALENTE, S. M. P. Os Parâmetros Curriculares Nacionais no contexto da reforma educacional brasileira. *Olhar de professor*, v. 12, n. 2, p. 233-256, 2009.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução: Crithian Matheus Herrera. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015, 290 p.